Fundos de investimento para a Índia

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura como principal fonte de IED

Entre abril de 2000 e março de 2026, a Índia registrou ingressos de IED em participações societárias de 787,72 bilhões de dólares americanos. Singapura respondeu por 24,72% desse total, à frente de Maurício, com 23,71%, dos Estados Unidos, com 10,39%, dos Países Baixos, com 7,19%, e do Japão, com 6,11%.[1] As fontes divergem quanto ao montante acumulado proveniente de Singapura: uma página da India Brand Equity Foundation, um trust do Ministério do Comércio indiano, indica 192,68 bilhões de dólares americanos, enquanto outra indica 194,68 bilhões.[2] A diferença é pequena e provavelmente reflete um erro de digitação. Uma participação de 24,72% sobre 787,72 bilhões corresponde a cerca de 194,7 bilhões, o que sugere que o número mais alto é o correto, embora convenha consultar o informe oficial do Department for Promotion of Industry and Internal Trade.

A classificação mudou ao longo do tempo. No período de abril de 2000 a setembro de 2016, Maurício respondia por 32,81% dos ingressos, e Singapura, por 16,30%.[3] Singapura ultrapassou Maurício na década seguinte, à medida que os gestores de fundos transferiram suas plataformas para uma jurisdição que oferecia mais

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

substância, um setor de serviços financeiros mais profundo e a posição no tratado descrita acima. Os números anuais mostram a escala dos fluxos atuais. No exercício de 2025–26, a Índia recebeu IED em participações societárias de 58,84 bilhões de dólares americanos, dos quais 19,80 bilhões vieram de Singapura, cerca de um terço.[4]

O comércio bilateral é menor em comparação. No exercício de 2025–26, somou 36,1 bilhões de dólares americanos, com exportações indianas de 11,86 bilhões e importações de Singapura de 24,24 bilhões.[5] A relação entre os dois Estados é, portanto, sobretudo financeira. As mercadorias circulam entre a Índia e o mundo por muitas rotas, ao passo que o capital destinado à Índia circula predominantemente por uma só.

Por que os gestores de fundos escolhem Singapura

A escolha de Singapura como plataforma para a Índia se apoia em vários elementos, poucos dos quais são específicos da Índia. O primeiro é o tratado, cuja limitação de benefícios recompensa despesas reais e cujo grandfathering protege participações mais antigas. O segundo é o quadro regulatório da gestão de fundos, descrito no Capítulo V da Parte E: licenciamento pela MAS, uma ampla oferta de administradores de fundos, custodiantes, auditores e advogados, e a variable capital company, que o Capítulo IV da Parte E examina como veículo para fundos guarda-chuva. O terceiro é o regime tributário dos fundos nos termos das seções 13O e 13U do Income Tax Act 1947, analisado no Capítulo III da Parte E. O quarto é o fuso horário e a proximidade. Um gestor de carteira em Singapura trabalha duas horas e meia à frente de Mumbai e está a um voo curto de Mumbai ou Bengaluru.

O quinto elemento é jurídico. Os acordos de acionistas para investimentos indianos são frequentemente regidos pelo direito de Singapura ou da Inglaterra e submetem as disputas a arbitragem com sede em Singapura. Há anos, partes indianas estão entre os maiores usuários estrangeiros do Singapore International Arbitration Centre, como mostra o Capítulo II da Parte F. Um fundo que detém ativos indianos por meio de uma sociedade de Singapura pode, assim, combinar governança de Singapura, solução de disputas em Singapura e operações na Índia. O arranjo reduz o risco que os investidores associam à lentidão dos tribunais indianos.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O capital de portfólio segue a mesma rota. Os investidores estrangeiros de portfólio de Singapura registrados no Securities and Exchange Board of India formam um dos maiores grupos nacionais nos mercados indianos de ações e de títulos de dívida. Singapura está também entre as maiores fontes de captações comerciais externas (external commercial borrowings) de empresas indianas.[6] Grande parte dos empréstimos em dólares asiáticos a empresas indianas, um mercado cujas origens o Capítulo IV da Parte C remonta a 1968, é contabilizada em Singapura.

Capital estatal: Temasek e GIC

Os dois investidores estatais de Singapura estão, por si sós, entre os maiores investidores na Índia. A Temasek informou uma exposição subjacente à Índia de 7% de sua carteira em 31 de março de 2026. Sua história indiana começou pelos serviços financeiros. Em dezembro de 2003, adquiriu 5,2% do ICICI Bank e elevou a participação para 8,3% até 2007. Mais recentemente, adquiriu o controle da Manipal Health Enterprises em 2023 e uma participação de 10% na fabricante de salgadinhos Haldiram's por cerca de 1 bilhão de dólares americanos em março de 2025.[7] O caso Fullerton, discutido acima, dizia respeito a uma holding da Temasek. O GIC investe em ações indianas listadas, infraestrutura, imóveis e empresas de capital fechado, embora não publique uma alocação por país em detalhe comparável. O Capítulo I da Parte D descreve as duas instituições.

O capital estatal dá credibilidade ao corredor. Quando a Temasek e o GIC investem por meio de sociedades de Singapura com pessoal real e decisões reais, demonstram que a rota de Singapura serve a investimentos genuínos.

Private equity, venture capital e fundadores indianos

A indústria de private equity e de venture capital voltada à Índia é em grande medida gerida a partir de Singapura. Gestoras internacionais conduzem suas estratégias indianas a partir de escritórios em Singapura, enquanto gestores indianos captam fundos offshore domiciliados em Singapura ao lado de fundos de investimento alternativos domésticos registrados na Índia. Os fundos costumam investir por meio

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de uma holding de Singapura ou diretamente a partir de um veículo de fundo de Singapura, com um consultor de investimentos em Mumbai ou Bengaluru que fornece análises com base em um contrato de assessoria.

Fundadores indianos usaram o mesmo canal no sentido inverso. Na década de 2010, muitas start-ups indianas instalaram suas sociedades controladoras em Singapura, porque os investidores estrangeiros de venture capital preferiam uma jurisdição conhecida, porque planos de ações para empregados e estruturas de ações preferenciais eram mais fáceis de implementar ali e porque uma futura listagem no exterior parecia mais provável. Desde o início da década de 2020, ocorre um movimento inverso. Empresas que se preparam para listagens em bolsas indianas, onde as avaliações de empresas de tecnologia subiram, transferiram seu domicílio de volta para a Índia, muitas vezes com custo tributário considerável.[8] O movimento mostra que o canal de Singapura nunca foi uma via de mão única. Ele sobrevive porque oferece aos investidores algo que as estruturas indianas ainda não oferecem, e se contrai onde essa vantagem desaparece.

Limitações: transferências indiretas e beneficiário efetivo

O corredor opera sob limitações impostas pelo direito indiano. Desde 2012, a Índia tributa as transferências indiretas de ativos indianos, incluindo a venda de uma sociedade estrangeira cujo valor decorra substancialmente de ativos indianos. A aplicação retroativa dessa regra, que se seguiu à decisão da Supreme Court no caso Vodafone, prejudicou a reputação da Índia perante investidores estrangeiros até que o Parlamento revogou o efeito retroativo em 2021.[9] As holdings de Singapura são diretamente afetadas por essas regras, porque os investidores frequentemente saem vendendo a própria sociedade de Singapura.

Uma segunda limitação diz respeito à origem do dinheiro. Em abril de 2020, a Índia sujeitou à aprovação prévia do governo os investimentos provenientes de países que fazem fronteira terrestre com a Índia.[10] A regra também se aplica quando o beneficiário efetivo de um investimento estiver situado em um desses países.[11] Fundos de Singapura com investidores chineses precisam, portanto, examinar sua

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

base de investidores antes de investir na Índia. O Capítulo II desta parte descreve os fluxos de capital chinês por Singapura, que essa regra coloca sob escrutínio especial quando o destino é a Índia.

Notas

1. India Brand Equity Foundation, "Foreign Direct Investment (FDI)" (ibef.org, acesso em novembro de 2026): ingressos totais de IED em participações societárias de abril de 2000 a março de 2026 de Rs 52,85,866 crore (US$ 787,72 bilhões); Singapura 24,72% (US$ 192,68 bilhões), Maurício 23,71% (US$ 186,76 bilhões), EUA 10,39%, Países Baixos 7,19%, Japão 6,11%. ↩
2. India Brand Equity Foundation, "India-Singapore Trade" (ibef.org, acesso em novembro de 2026): Singapura é o maior investidor na Índia "with a cumulative FDI inflow of US$ 194.68 billion" de abril de 2000 a março de 2026. ↩
3. Wikipedia, "India–Mauritius relations" (acesso em novembro de 2026): principais fontes de IED para a Índia de abril de 2000 a setembro de 2016: Maurício cerca de US$ 101,76 bilhões ou 32,81%, Singapura 16,30%, Reino Unido 7,76%, Japão 7,66%, Estados Unidos 6,25%. ↩
4. India Brand Equity Foundation, "Foreign Direct Investment (FDI)" (ibef.org, acesso em novembro de 2026): ingressos de IED em participações societárias no exercício FY26 de US$ 58,84 bilhões; India Brand Equity Foundation, "India-Singapore Trade" (ibef.org): ingressos de IED em participações societárias provenientes de Singapura de US$ 14,94 bilhões no FY25 e US$ 19,80 bilhões no FY26. A participação de cerca de um terço é cálculo do autor. ↩
5. India Brand Equity Foundation, "India-Singapore Trade" (ibef.org, acesso em novembro de 2026): comércio bilateral de US$ 36,1 bilhões no FY26; exportações indianas para Singapura US$ 11,86 bilhões; importações US$ 24,24 bilhões; a Índia é o 6º maior parceiro comercial de Singapura, com 2,96% do comércio total de Singapura. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

6. India Brand Equity Foundation, "India-Singapore Trade" (ibef.org, acesso em novembro de 2026): Singapura está entre as maiores fontes de External Commercial Borrowings, e o investimento estrangeiro de portfólio proveniente de Singapura tem sido importante para a Índia. ↩
7. Wikipedia, "Temasek Holdings" (acesso em novembro de 2026): exposição subjacente por país "7% India as at 31 March 2026"; 5,2% do ICICI Bank em dezembro de 2003, elevados a 8,3% até 2007; mais 41% da Manipal Health Enterprises anunciados em abril de 2023, totalizando 59%; 10% da Haldiram's por US$ 1 bilhão em março de 2025. ↩
8. Sobre o "reverse flipping" de start-ups indianas de Singapura e dos Estados Unidos para a Índia desde cerca de 2021 (exemplos incluem PhonePe e Groww), ver os relatórios do Economic Survey of India 2024–25 e a cobertura da imprensa. ↩
9. Finance Act 2012 (alteração retroativa da seção 9(1)(i) do Income-tax Act 1961 após *Vodafone International Holdings BV v Union of India*, Supreme Court of India, 20 de janeiro de 2012); Taxation Laws (Amendment) Act 2021. ↩
10. Wikipedia, "Foreign direct investment in India" (acesso em novembro de 2026): em abril de 2020, a Índia alterou sua política de IED para submeter a exame os investimentos provenientes de países que fazem fronteira terrestre com a Índia. ↩
11. Department for Promotion of Industry and Internal Trade, Press Note 3 (2020 Series) de 17 de abril de 2020, que altera o parágrafo 3.1.1 da Consolidated FDI Policy (via governamental para investimentos de entidade de país que faz fronteira terrestre com a Índia, ou cujo beneficiário efetivo esteja situado nesse país ou seja cidadão dele). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com